PAULA THIEME KAGUEIAMA

**FALIBILIDADE DA PROVA TESTEMUNHAL NO
PROCESSO PENAL: UM ESTUDO SOBRE FALSAS
MEMÓRIAS E MENTIRAS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ORIENTADOR: PROF. DR. MARCOS ALEXANDRE COELHO ZILLI

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
SÃO PAULO – SP
2020**

PAULA THIEME KAGUEIAMA

**FALIBILIDADE DA PROVA TESTEMUNHAL NO
PROCESSO PENAL: UM ESTUDO SOBRE FALSAS
MEMÓRIAS E MENTIRAS**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração de Direito Processual, sob a orientação do Professor Doutor Marcos Alexandre Coelho Zilli.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO – SP

2020

Catálogo da Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Kagueiama, Paula Thieme

Falibilidade da prova testemunhal no processo penal: um estudo sobre falsas memórias e mentiras; Paula Thieme Kagueiama; orientador Professor Doutor Marcos Alexandre Coelho Zilli -- São Paulo, 2020. 267 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito Processual) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2020.

1. Prova testemunhal. 2. Falibilidade. 3. Fatores de contaminação. 4. Falsas memórias. 5. Mentira. I. Zilli, Professor Doutor Marcos Alexandre Coelho, orient. II. Título.

Nome: Paula Thieme Kagueiama

Título: Falibilidade da Prova Testemunhal no Processo Penal: um Estudo sobre Falsas Memórias e Mentiras

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração de Direito Processual, sob a orientação do Professor Doutor Marcos Alexandre Coelho Zilli.

Aprovação em:

Banca Examinadora:

Prof (a). Dr (a). _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof (a). Dr (a). _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. (a) Dr (a). _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Professor Marcos Alexandre Coelho Zilli, que, muito antes de ser meu orientador, foi um dos melhores professores que tive na graduação. Seu amor pela Academia, pela docência e pelo compartilhamento de conhecimento reflete-se em aulas claras, sérias e profundas, fazendo nascer nos alunos, como em mim nasceu, curiosidade e interesse crescentes pelo processo penal. Como meu orientador, agradeço pela confiança, pela paciência e pelos importantes ensinamentos generosamente transmitidos ao longo de toda essa caminhada.

Aos Professores Marta Saad Gimenes e Gustavo Henrique Badaró, agradeço pelas excelentes e valiosas sugestões feitas em minha banca de qualificação, que, em muito, contribuíram para a execução deste trabalho.

Agradeço ao Professor Miguel Reale Júnior, meu eterno professor, mestre, colega de escritório e amigo, a quem devo muito do que sei e do que ainda irei aprender. Pela generosidade, pelo incentivo e por todas as oportunidades a mim oferecidas, sou completa e eternamente grata.

Agradeço à minha amada família, nas pessoas de minha mãe, Maria Cristina, de meu pai, Júlio, e de meu irmão, Thiago: vocês são tudo, são meus pilares e meus portos seguros.

Agradeço, igualmente, ao meu namorado e melhor amigo, Ivan, que me deu apoio e amor incondicionais durante toda a execução desse trabalho. Obrigada pela compreensão de minha ausência e pelo incentivo diário aos meus sonhos.

Aos amigos de graduação, pós-graduação, escritório e, sobretudo, de vida, aos quais agradeço nas pessoas de Haissa, Ana Flávia, Laódice, Laura, Elisa, Ângelo, Domitila, Rafael, Daiana, Mônica, Taciana e Filipe: obrigada pelo apoio, pela compreensão, pela amizade e parceria.

Das pessoas que partiram, mas que estarão sempre em meu coração, agradeço aos meus queridos avós paternos, Nelson e Luzia, por terem me ensinado muito do que sei sobre ética, correição, persistência e empenho.

Por fim, agradeço a todos os demais que, a despeito de não terem sido citados, deram seu auxílio, direto ou indireto, na elaboração deste trabalho, seja por palavras, por ensinamentos, por apoio ou incentivo.

RESUMO

KAGUEIAMA, Paula Thieme. **Falibilidade da prova testemunhal no processo penal: um estudo sobre falsas memórias e mentiras.** 2020. (267 folhas). Mestrado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, janeiro de 2020.

A importância da prova testemunhal no processo penal contrasta e é constantemente desafiada pela sua imanente falibilidade. Diversos fatores, externos e internos à testemunha, podem incidir sobre a prova testemunhal, de forma a contaminar seu conteúdo e afastar seu resultado da fiel reconstrução dos fatos pretéritos. Os denominados “fatores de contaminação da prova testemunhal”, objeto do presente estudo, podem ser involuntários, quando operam independentemente da vontade da testemunha em distorcer os fatos, a exemplo da formação das falsas memórias ou do esquecimento; como podem ser voluntários, quando a testemunha intencionalmente deseja expressar fatos que sabe serem falsos, ou omitir fatos que sabe serem verdadeiros. Todos esses fatores têm impacto negativo na qualidade epistemológica da prova testemunhal, e, portanto, devem ser identificados e combatidos por meio da adoção de técnicas adequadas de inquirição e de métodos estruturados de análise do depoimento e do depoente. Relevante, também, examinar, nesse cenário, a efetividade e a adequação dessas ferramentas no direito processual penal brasileiro, tendo em vista a legislação e a prática atuais, bem como as particularidades de nossa realidade.

Palavras-chave: Prova Testemunhal. Falibilidade. Fatores de Contaminação. Falsas Memórias. Mentira.

ABSTRACT

KAGUEIAMA, Paula Thieme. **Fallibility of witness evidence in criminal proceedings: a study on false memories and lies.** 2020. (267 pages). Master's degree – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, January 2020.

The importance of witness evidence in criminal proceedings contrasts and is constantly challenged by its immanent fallibility. Several factors, external and internal to the witness, can have influence on the witness evidence, in a way that would contaminate its content and withdraw its result from the faithful reconstruction of the past facts. The so-called “factors of contamination of witness evidence”, object of the present study, may be involuntary, when they operate regardless of the witness's willingness to distort the facts, such as the formation of false memories or forgetfulness. They might as well be voluntary, when the witness intentionally wishes to express facts that he/she knows to be false, or when omitting facts that the witness knows to be true. All these factors have a negative impact on the epistemological quality of the witness evidence and, therefore, must be identified and fought through the adoption of appropriate reporting techniques and methods of structured analysis of the testimony and of the deponent. It is also relevant to examine, in this scenario, the effectiveness and adequacy of these tools in the Brazilian criminal procedural law, in view of current legislation and practices, as well as the particularities of our reality.

Keywords: Witness evidence. Fallibility. Contamination Factors. False Memories. Lie.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS A RESPEITO DA PROVA TESTEMUNHAL NO PROCESSO PENAL	17
1.1 A RELAÇÃO ENTRE PROVA E VERDADE	17
1.2 A PROVA TESTEMUNHAL E SUA IMPORTÂNCIA NA RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DOS FATOS.....	21
1.3 A NATUREZA JURÍDICA DA TESTEMUNHA E DA PROVA TESTEMUNHAL NO PROCESSO PENAL	25
1.4 DELIMITAÇÃO DA FIGURA DA TESTEMUNHA NO PROCESSO PENAL	26
1.4.1 Capacidade para ser testemunha.....	26
1.4.2 Dever, dispensa e proibição de depor.....	27
1.4.3 Compromisso de dizer a verdade e exceções ao seu deferimento	29
1.4.4 Distinção entre a testemunha e outras figuras no processo penal.....	32
1.4.5 A testemunha indireta pode ser considerada testemunha e valorada como tal? ..	37
1.5 CARACTERÍSTICAS DA PROVA TESTEMUNHAL	42
1.5.1 Oralidade	42
1.5.2 Objetividade	44
1.5.3 Retrospectividade.....	45
1.5.4 Judicialidade.....	46
1.5.5 Imediação	46
1.6 PROCEDIMENTO PROBATÓRIO DA PROVA TESTEMUNHAL	48
1.7 A FALIBILIDADE DA PROVA TESTEMUNHAL: A EQUIVOCADA PRESUNÇÃO DE VERACIDADE E A INCIDÊNCIA DE FATORES DE CONTAMINAÇÃO SOBRE A TESTEMUNHA	51

2	OS FATORES INVOLUNTÁRIOS DE CONTAMINAÇÃO DA PROVA TESTEMUNHAL.....	57
2.1	INTRODUÇÃO	57
2.2	A MEMÓRIA	58
2.2.1	Considerações iniciais	58
2.2.2	Classificação dos tipos de memória	62
2.2.3	A construção das memórias declarativas de longa duração	66
2.2.4	As três fases de formação da memória.....	68
2.3	FATORES DE CONTAMINAÇÃO INCIDENTES NO MOMENTO DA AQUISIÇÃO DA MEMÓRIA.....	71
2.3.1	Atenção.....	72
2.3.2	Emoção e estresse	74
2.3.3	Estereótipos e expectativas.....	77
2.3.4	Condições objetivas de percepção do evento	79
2.4	FATORES DE CONTAMINAÇÃO INCIDENTES NO MOMENTO DA RETENÇÃO DO CONHECIMENTO.....	81
2.4.1	A formação das falsas memórias	81
2.4.2	As interferências causadas pelo contato entre testemunhas (<i>memory conformity</i>)	92
2.4.3	O decurso do tempo e o esquecimento	94
2.5	FATORES DE CONTAMINAÇÃO INCIDENTES NO MOMENTO DA RECUPERAÇÃO DA LEMBRANÇA PELA TESTEMUNHA	96
2.5.1	O efeito do tempo na recuperação do evento: o preenchimento de lacunas e o fenômeno da interferência.....	97
2.5.2	A inquirição e o entrevistador: a sugestionabilidade interrogativa	99
2.6	CONCLUSÃO PARCIAL	110
3	O FATOR VOLUNTÁRIO DE CONTAMINAÇÃO DA PROVA TESTEMUNHAL: A MENTIRA	111

3.1	A MENTIRA.....	111
3.1.1	Definição	111
3.1.2	Formas de manifestação da mentira	115
3.1.3	A mentira situacional e a mentira patológica	116
3.2	TEORIAS ACERCA DOS PROCESSOS COGNITIVOS E EMOCIONAIS DO MENTIROSO	118
3.2.1	A teoria do processo emocional.....	119
3.2.2	A teoria da complexidade do conteúdo	121
3.2.3	A teoria da tentativa de controle	122
3.2.4	A perspectiva da autoapresentação	124
3.2.5	A teoria do engano interpessoal.....	126
3.3	INDICADORES VERBAIS E NÃO VERBAIS DA MENTIRA	128
3.3.1	Meta-análise da literatura por DePaulo et al. (2003).....	130
3.3.2	Síntese dos indicadores verbais e não verbais associados à mentira.....	140
3.4	DETECÇÃO DA MENTIRA	143
3.4.1	As principais dificuldades enfrentadas pelas autoridades entrevistadoras	144
3.4.2	Os principais erros cometidos pelas autoridades entrevistadoras.....	147
3.4.3	Estratégias para aumentar as diferenças entre testemunhas verazes e mentirosas.....	152
3.5	CONCLUSÃO PARCIAL	157
4	O TRATAMENTO DA PROBLEMÁTICA DA CONTAMINAÇÃO DA PROVA TESTEMUNHAL PELO DIREITO ESTRANGEIRO.....	159
4.1	ENTREVISTA COGNITIVA (<i>COGNITIVE INTERVIEW</i> - CI): A OBTENÇÃO DE UM RELATO TESTEMUNHAL MAIS COMPLETO E PRECISO	159
4.1.1	Aspectos gerais	159
4.1.2	Seções da Entrevista Cognitiva	161
4.1.3	Eficácia da Entrevista Cognitiva auferida por estudos empíricos	167

4.1.4	A aplicação da Entrevista Cognitiva na prática.....	169
4.2	<i>SELF-ADMINISTERED INTERVIEW</i> (SAI): A MINIMIZAÇÃO DOS EFEITOS DO TEMPO E DAS INFORMAÇÕES PÓS-EVENTO.....	171
4.2.1	Proposta da ferramenta.....	171
4.2.2	Conteúdo	173
4.2.3	Eficácia da SAI auferida por estudos empíricos	175
4.2.4	Aplicação prática da SAI: desafios e aprimoramentos.....	178
4.3	<i>STATEMENT VALIDITY ANALYSIS</i> (SVA): A TENTATIVA DE DISTINGUIR UM TESTEMUNHO VERAZ DE UM MENTIROSO	179
4.3.1	Conceito e origem.....	179
4.3.2	Etapas integrantes do protocolo SVA	180
4.3.3	Eficácia da SVA auferida por pesquisas empíricas	191
4.3.4	Aplicação prática da SVA: limites e críticas	193
4.4	<i>REALITY MONITORING</i> (RM): IDENTIFICAÇÃO DA ORIGEM DE UMA MEMÓRIA	196
4.4.1	Fundamento teórico	196
4.4.2	Modelo padronizado de critérios do RM	200
4.4.3	Formas de Monitoramento de Realidade.....	201
4.4.4	Aplicação prática do RM: possibilidades e limitações.....	206
5	A PROVA TESTEMUNHAL NO DIREITO PROCESSUAL PENAL BRASILEIRO: PROPOSTAS DE APERFEIÇOAMENTO E MITIGAÇÃO DOS FATORES DE CONTAMINAÇÃO.....	209
5.1	A REALIDADE BRASILEIRA NO TOCANTE À PRODUÇÃO DA PROVA TESTEMUNHAL: LEGISLAÇÃO E PRÁTICA	209
5.1.1	A legislação processual penal pátria: a incipiente disciplina da prova testemunhal.....	209
5.1.2	A prática pelos atores jurídicos: os procedimentos adotados para coletas de depoimentos.....	213

5.2	O APERFEIÇOAMENTO DA PROVA TESTEMUNHAL MEDIANTE A REDUÇÃO DO IMPACTO DOS FATORES DE CONTAMINAÇÃO.....	219
5.2.1	Mitigação do impacto dos fatores involuntários de contaminação da prova testemunhal.....	219
5.2.2	Mitigação do impacto dos fatores voluntários de contaminação da prova testemunhal: adoção conjunta de mecanismos de identificação de mentira	235
5.3	A CAUTELA NA VALORAÇÃO DA PROVA TESTEMUNHAL: CRITÉRIOS ÚTEIS DE AVALIAÇÃO DA CREDIBILIDADE E VERACIDADE DA NARRATIVA	239
5.4	SUGESTÕES DE LEGE FERENDA	243
	CONCLUSÕES	247
	REFERÊNCIAS	253

INTRODUÇÃO

O presente trabalho centra sua análise em um dos meios de prova mais importantes – se não, o mais importante –, e mais utilizado no processo penal: a prova testemunhal. A importância da prova testemunhal, a bem da verdade, transcende o processo, visto que ela é, historicamente, o meio de prova mais antigo e elementar de comprovação dos fatos pretéritos. Nesse sentido, Gorphe refere que a utilização da prova testemunhal remonta às origens da história da humanidade: “desde de que existen los hombres y desde que tienen la pretensión de hacer justicia se han valido del testimonio como del más fácil y más común de los medios de prueba”.¹

A testemunha, em termos gerais, é aquela que revela a outrem a ocorrência de um fato pretérito do qual teve conhecimento por meio dos seus sentidos. No processo penal, a testemunha é um terceiro, alheio à relação processual e desinteressado em seu resultado, chamado a depor perante o juiz acerca de suas percepções sensoriais, que, por sua vez, devem referir-se a fatos que constituam o litígio penal.²

É natural que quase todos os fatos da vida sejam percebidos por alguém. Isso se verifica em relação a qualquer ocorrência naturalística, das mais singelas e sem importância às mais extraordinárias e relevantes, como a prática de um crime. Não por outra razão, é o testemunho considerado, na reconstrução histórica dos fatos, a prova por excelência.³

Além de sua frequência e importância serem explicadas pela própria natureza da prova e por sua conexão com o substrato fático, também, justifica a posição de destaque da prova testemunhal no processo penal o fato de ser sua produção probatória fácil e célere, bem como depender de um baixo dispêndio de recursos materiais. A rara presença de vestígios materiais, aliada à dificuldade e à complexidade de produção das provas técnicas,

¹ GORPHE, François. *La critica del testimonio*. 5. ed. Trad.: Mariano Ruiz-Funes. Madrid: Reus, 1971, p. 09.

² MARQUES, José Frederico. *Elementos de direito processual penal*. Campinas: Millennium Editora, 2009, p. 333.

³ Nesse sentido, Magalhães Noronha ressalta ser a prova testemunhal, máxime no processo penal, a prova por excelência: “o crime é um fato, é um trecho da vida, e, conseqüentemente, é, em regra, percebido por outrem”. (NORONHA, Edgard Magalhães. *Curso de direito processual penal*. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 1978, p. 113).

corroborar o cenário de escassez das provas periciais e de dependência majoritária ou exclusiva da prova testemunhal para a reconstrução dos fatos pretéritos.

Contudo a sobredita importância e elevada presença da prova testemunhal no processo penal resvalam em sua imanente falibilidade. A validade da prova testemunhal fundamenta-se na presunção de veracidade da palavra humana, o que, por sua vez, implica na aceitação de duas premissas básicas: (i) a testemunha percebeu, armazenou, e, posteriormente, evocou, com exatidão, os fatos assim como eles ocorreram na realidade (é, dizer, a sua memória sobre os acontecimentos correspondem, precisamente, à realidade); (ii) a testemunha, sempre e em qualquer situação, relata a verdade dos fatos, assim como os recorda, não omitindo fatos que sabe serem verdadeiros, tampouco expressando fatos que sabe serem falsos.

A falibilidade da prova testemunhal nasce justamente da insustentabilidade dessas duas premissas, uma vez que: (i) todo o complexo processo de formação da memória humana (aquisição, retenção e evocação da lembrança) é permeado de falhas, distorções e subjetivismo⁴; (ii) a mentira é um traço inextirpável da natureza humana, sendo temerário e ingênuo desconsiderar a sua ocorrência.⁵

Portanto, atuam sobre a prova testemunhal, desde o seu nascedouro, ou seja, desde o momento no qual a testemunha percebe o evento criminoso, até o momento da coleta de seu depoimento perante a autoridade, diversos fatores que alteram e distorcem a realidade presenciada pela testemunha. Esses fatores, denominados, no presente trabalho, de “fatores de contaminação da prova testemunhal”, podem ser (i) involuntários, quando decorrentes de processos inconscientes e independentes da vontade da testemunha em dizer a verdade e colaborar com a reconstrução histórica dos fatos; ou (ii) voluntários, quando são determinados pela vontade consciente da testemunha em expressar fatos divergentes de seu conhecimento ou omitir fatos sabidamente verdadeiros.

Diante desse cenário, o presente trabalho nasceu de uma preocupação, que embora não seja recente, remonta a um problema sempre atual: é possível confiar em uma testemunha e atribuir à sua palavra um valor de certeza histórica, fundamentando, a partir dela, uma condenação criminal?

⁴ ÁVILA, Gustavo Noronha de. *Falsas Memórias e Sistema Penal: a Prova Testemunhal em Xequê*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Iuris, 2013, p. 51;

⁵ MANZINI, Vincenzo. *Trattato di Diritto Processuale Penale Italiano*. 6. ed. Torino: UTET, 1970. v. 3, p. 285-286.

Em resposta à questão individuada, foram examinados, nessa dissertação, os principais fatores que contaminam a prova testemunhal, afastando-a do relato objetivo e preciso dos fatos pretéritos relevantes ao processo penal. Em um segundo momento, pretendeu-se buscar soluções para os problemas apontados por meio da verificação do desenvolvimento, no direito estrangeiro, de técnicas de inquirição e de análise do depoimento e do depoente voltadas a afastar o impacto dos fatores de contaminação e distinguir depoimentos provavelmente falsos de depoimentos verazes. Todos os dados encontrados nesses capítulos serviram para, ao final, identificar e sugerir meios para aprimoramento da qualidade epistemológica da prova testemunhal na realidade brasileira.

Para tanto, a presente dissertação, em sequência a esta introdução, divide-se nas seções a seguir elencadas, cujos objetos estão, desta maneira, sintetizados:

No primeiro capítulo, estão descritos os aspectos gerais atinentes à prova testemunhal, como as suas características, traços distintivos, princípios e regulamentação legal, com o intuito de definir e delimitar a base material sobre a qual recai o objeto de estudo e apresentar a problemática existente em torno desse meio de prova, que tem seu exame aprofundado nos capítulos que se seguem.

O segundo capítulo dá início ao exame dos fatores de contaminação da prova testemunhal, com a apresentação dos elementos involuntários de distorção do relato da testemunha em relação à realidade fática. Dedicou-se, nesse capítulo, ao estudo do complexo e falível fenômeno da memória humana, com a análise dos fatores de contaminação incidentes em cada uma das etapas de formação da memória (aquisição, retenção e evocação), entre eles, a formação de falsas memórias e o esquecimento.

No terceiro capítulo, apresenta-se a temática do fator voluntário de contaminação da prova testemunhal, ou seja, a mentira. Cumpriu-se examinar, sobretudo, o fenômeno da mentira, as principais teorias sobre os processos emocionais e cognitivos do mentiroso, os indicadores verbais e não verbais mais confiáveis e menos confiáveis da mentira, bem como os erros cometidos e as dificuldades enfrentadas pelas autoridades policiais e judiciais na detecção da testemunha mendaz.

O quarto capítulo, por sua vez, retrata as principais ferramentas utilizadas no direito estrangeiro para minimizar o impacto dos fatores de contaminação estudados nos capítulos anteriores. São apresentadas a Entrevista Cognitiva e a Entrevista Autoadministrada, técnicas de inquirição voltadas à redução da formação de falsas memórias e à minimização

dos efeitos negativos do tempo sobre a memória da testemunha, bem como métodos estruturados de análise do depoimento para a distinção entre depoimentos verazes e depoimentos potencialmente mentirosos (a *Statement Validity Analysis* e o Monitoramento de Realidade).

No quinto capítulo, por fim, coube identificar os principais problemas existentes na legislação e na prática brasileiras no tocante ao tratamento da prova testemunhal, assim como investigar a possibilidade de adequação das ferramentas, antes examinadas, na realidade do Brasil, com a apresentação de propostas de alteração legislativa.

CONCLUSÕES

O presente trabalho objetivou traçar um panorama geral sobre a falibilidade da prova testemunhal no processo penal brasileiro, por meio da apresentação dos fatores extrínsecos e intrínsecos à testemunha, dependentes ou não de sua vontade, que, de alguma forma, contaminam o depoimento e afastam-no da realidade pretérita.

Para tanto, percorreu-se, inicialmente, os meandros da memória humana, suas etapas de formação e seu funcionamento com o intuito de verificar todos os elementos que a influenciam e interferem na sua exatidão e na correspondência com a realidade externa (denominados, neste trabalho, de fatores involuntários de contaminação da prova testemunhal). Ulteriormente, o estudo inseriu-se no universo da mentira para compreender as nuances desse fenômeno e os processos emocionais e cognitivos do mentiroso, de forma a tentar identificar traços distintivos entre os depoentes mendazes e os verazes (mentira como fator voluntário de contaminação da prova testemunhal).

Construído esse cenário, foram colocados em foco os métodos de inquirição e análise do depoimento, desenvolvidos pela literatura científica estrangeira e voltados ao aprimoramento da prova testemunhal mediante a redução do impacto dos fatores voluntários e involuntários de contaminação sobre a testemunha. Por fim, examinou-se a possibilidade de aplicação dessas técnicas na realidade brasileira, tendo em vista as particularidades e as dificuldades próprias do país.

Destarte, pode-se sintetizar as principais conclusões obtidas e já destacadas ao longo do trabalho:

1. A prova testemunhal é, sem dúvidas, central ao processo penal. Sendo o crime a delimitação de um fato da vida, um recorte da realidade, é ele, em geral, percebido por alguém, por meio de algum de seus sentidos (visão, audição, tato, paladar ou olfato).

2. A importância da prova testemunhal contrasta, contudo, com a sua intrínseca e inseparável falibilidade: não obstante seja esse meio de prova o mais relevante e o mais utilizado no processo penal, sendo, não raro, o único elemento a sustentar a sentença condenatória, é ele frágil e pouco confiável do ponto de vista epistemológico.

3. A presunção da veracidade da palavra humana, recorrentemente levantada como fundamento da aceitação desse meio de prova, é falsa. Rechaça-se a corrente

epistemológica presuntivista do testemunho, que defende a presunção de sua veracidade, salvo prova em contrário. Não basta inexistirem provas em contrário, devem existir provas positivas em favor da veracidade do depoimento testemunhal a fim de ser considerado justificado epistemologicamente.

4. Um depoimento testemunhal sem erros é a exceção, e não a regra.

5. A memória humana é complexa e falível, visto que está sujeita ao impacto de uma série de fatores de contaminação, que atuam desde a percepção e codificação do evento (seletividade da atenção, emoção e estresse, estereótipos e expectativas, condições objetivas da percepção como luminosidade e distância), passando pela retenção do traço de memória (formação de falsas memórias, interferência entre testemunhas, informações pós-evento advindas da mídia e das redes sociais), e, por fim, até a recuperação da lembrança perante a autoridade policial ou judicial (perguntas sugestivas, esquecimento, preenchimento de lacunas e interferência entre memórias).

6. Posto isso, é absolutamente falsa a ideia de que a memória funciona tal qual um gravador ou uma filmadora, e, dessa forma, bastaria, após, acessar o arquivo correto e reproduzi-lo sem perdas ou equívocos em sua transmissão.

7. A memória é altamente sugestionável, e, portanto, a testemunha é também altamente suscetível a sugestionamentos. Tal suscetibilidade é tão elevada que até mesmo a escolha de determinada palavra pelo entrevistador, em detrimento de outra, pode alterar substancialmente a resposta da testemunha. Nesse sentido, a forma como a inquirição é conduzida tem efeito direto no conteúdo do depoimento.

8. A falibilidade da prova testemunhal, para além do impacto dos fatores involuntários de contaminação associados à memória, também repousa sobre a baixa confiabilidade da palavra humana, enquanto passível de ser produto de um falseamento voluntário dos fatos. Em um processo penal, no qual interesses de alta relevância estão em jogo, não se pode desconsiderar a constante possibilidade de a testemunha fabricar informações (forma comissiva da mentira) ou omitir fatos relevantes (forma omissiva da mentira).

9. Inexiste um indicador seguro e confiável sobre a mentira, que só apareça quando a testemunha está mentindo e nunca apareça quando ela está dizendo a verdade. E isso porque os processos emocionais e cognitivos (sobrecarga mental, medo e vergonha), provavelmente, mais experimentados pelos mentirosos, não são constantes, nem são a eles

exclusivos, podendo, de igual modo, ser observados em depoentes verazes, o que resulta na exteriorização de sinais semelhantes entre testemunhas sinceras e mentazes.

10. A maioria dos estereótipos amplamente disseminados sobre a mentira (*e.g.* aversão ao olhar, nervosismo, inquietação) não se sustenta em evidências científicas, obtidas por meio da realização de estudos empíricos. Em virtude da dissociação entre crença e ciência, os índices de acurácia na distinção entre relatos verdadeiros e mentirosos são tão somente ligeiramente superiores ao nível do acaso (sendo o acaso equivalente a 50% de chance de acerto), mesmo entre profissionais que, cotidianamente, trabalham com a detecção de mentira (policiais, agentes alfandegários, juízes, entre outros).

11. Existem métodos adequados e eficazes para a mitigação do impacto dos fatores voluntários e involuntários de contaminação da prova testemunhal, já em utilização em diversos países. Dentre eles, destacou-se a relevância da Entrevista Cognitiva para a redução da formação de falsas memórias e para a geração de mais informações corretas; da *Self Administered Interview* (SAI) para proteção da memória contra os efeitos negativos do tempo; da *Statement Validity Analysis* (SVA) para a detecção da mentira; e do *Reality Monitoring* (RM) para distinção entre memórias originadas de fontes internas e externas.

12. Identificaram-se, na realidade brasileira, inúmeros problemas na legislação e na prática relativas à prova testemunhal. A legislação processual penal é incipiente e insuficiente para enfrentar e minimizar o problema da falibilidade da prova testemunhal, bem como a prática revela-se ineficaz e contraproducente, elevando, por conseguinte, os riscos de contaminação da testemunha.

13. Faz-se necessário, pois, reformular o sistema jurídico brasileiro no tocante à produção da prova testemunhal, tanto no âmbito da alteração legislativa quanto, sobretudo, na esfera prática.

14. O conhecimento (e reconhecimento) da falibilidade da prova testemunhal, ante a complexidade da memória humana e a vulnerabilidade da testemunha a inúmeros fatores de contaminação, voluntários e involuntários, é o primeiro passo para a implementação de mudanças efetivas na prática brasileira.

15. Constatou-se que as técnicas de redução do impacto dos fatores involuntários de contaminação da prova testemunhal, a Entrevista Cognitiva e a Entrevista Autoadministrada (SAI), podem ser aplicadas na realidade brasileira, sem prejuízos em suas eficácias. A Entrevista Cognitiva deve ser prevista pelo legislador pátrio como

modelo padrão de entrevistas de vítimas e testemunhas, cominando-se sanção de nulidade absoluta no caso de sua inobservância. Outrossim, a SAI deve vir expressamente prevista na legislação, como protocolo a ser seguido, pela própria testemunha, tão logo o evento ocorra.

16. Nessa mesma esteira, para reduzir a sugestionabilidade da testemunha, deve-se vedar, expressamente, a formulação de perguntas indutivas e sugestivas (conceituando-as, para facilitar a sua identificação), a formulação de perguntas confirmatórias acerca do depoimento anterior da testemunha, a concessão de *feedbacks* positivos e negativos, bem como a leitura da denúncia e de peças do inquérito policial ao depoente, sob pena, em todos esses casos, de nulidade absoluta da prova testemunhal.

17. Para reduzir os efeitos do tempo sobre a memória da testemunha, além da aplicação da SAI, faz-se fundamental observar a duração razoável do processo, garantindo-se que a coleta do depoimento testemunhal ocorra em prazo razoável após a percepção do evento. Nas hipóteses de suspensão do curso processual (arts. 92, 93 e 366 do CPP), ou, ainda, quando as circunstâncias do caso concreto ocasionarem uma demora demasiada para a coleta dos depoimentos em audiência de instrução, sugere-se a antecipação da produção da prova testemunhal, em razão do grave risco de perecimento da prova, pela elevada probabilidade de esquecimento dos detalhes do evento pela testemunha.

18. No que tange à coleta de depoimentos de testemunhas crianças e adolescentes, recomenda-se, igualmente, a adoção da Entrevista Cognitiva, combinada com elementos previstos pelo protocolo NICHD.

19. Sugere-se, doutro vértice, para a mitigação da incidência do fator voluntário de contaminação da prova testemunhal, a aplicação combinada de três técnicas de detecção da mentira: a Análise Baseada em Critérios (CBCA), o Monitoramento de Realidade (RM) e a análise do comportamento não verbal da testemunha. Esses métodos combinados funcionariam tal qual uma “perícia” sobre a prova testemunhal, a ser solicitada pela parte interessada, que deverá, para tanto, demonstrar um fundado receio de que o depoimento da testemunha seja falso. O juiz também poderá explorar, durante a entrevista, os recursos a perguntas inesperadas, à divulgação estratégica da prova e à elevação da sobrecarga cognitiva do depoente, a fim de realçar as diferenças entre depoentes sinceros e depoentes mentirosos.

20. Muito embora sejam várias e valiosas as possibilidades de alterações legislativas em matéria de prova testemunhal, é evidente que tal não modifica, por si, a realidade, pois o problema apresenta extensas e profundas raízes culturais e sociais. Tanto é que as poucas disposições normativas ora vigentes voltadas à elevação da credibilidade da palavra da testemunha são sistematicamente desrespeitadas pelos atores jurídicos, sem, todavia, motivarem a aplicação de sanção ou o desencadeamento de qualquer consequência jurídica.

21. A alteração legislativa, para ter impacto no plano fático, deve vir acompanhada de uma verdadeira mudança de mentalidade dos atores de justiça. E isso pode ser promovido por meio de programas de conscientização; da inserção de disciplinas de Psicologia do Testemunho na grade obrigatória de cursos de graduação de Direito e na grade optativa da pós-graduação; e de treinamentos extensivos e contínuos para disseminação dos conhecimentos e achados mais recentes da literatura científica. Além da necessária capacitação dos profissionais de Direito para o manejo de boas técnicas de entrevistas com testemunhas e vítimas, a sua aplicação diária deverá ser, periodicamente, vistoriada, sobretudo, para correção de falhas e para a concessão de *feedbacks*.

22. Nessa esteira, a valoração da prova testemunhal também deve estar alinhada com os conhecimentos da Psicologia do Testemunho, sob pena de se esvaziarem todos os esforços empreendidos em uma boa e escorreita produção probatória. Para tanto, de acordo com uma vertente não presuntivista da prova testemunhal, deve-se aferir a inexistência de provas contrárias ao depoimento (possível incidência de fatores de contaminação sobre a testemunha e verificação de elementos probatórios que o desmintam), bem como a existência de provas positivas em seu favor (roboração com outros elementos probatórios).

23. É necessário, assim, estreitar a relação e o diálogo entre a ciência e a prática, de forma que essas duas esferas se retroalimentem e aprimorem-se consecutivamente. A ciência, por seu lado, deve oferecer as bases teóricas e fornecer caminhos e meios para aprimoramentos das técnicas utilizadas; a prática, por outro, deve apresentar os problemas e as demandas por resoluções, bem como demonstrar os resultados, ao longo do tempo, da aplicação das técnicas sugeridas pela ciência, desse modo, permitindo a consolidação de boas práticas e a correção de imperfeições.

24. Esse diálogo entre ciência e prática, quando observado nos procedimentos de coleta e valoração da prova testemunhal, tem a capacidade de produzir, continuamente,

melhorias na qualidade da prova, elevando sua confiabilidade e estreitando a correspondência do depoimento com os fatos pretéritos.

25. Em razão de a prova testemunhal ser elemento central ao processo penal brasileiro, o aprimoramento da qualidade epistêmica desse meio de prova é medida necessária e urgente. A elevação da qualidade da prova testemunhal tem o condão de promover a elevação da qualidade das decisões judiciais, com isso, aproximando-as, tanto quanto possível, da verdade processual e reduzindo os índices de erros e de injustas condenações.

REFERÊNCIAS

- AHARONIAN, Ani A.; BORNSTEIN, Brian H. Stress and Eyewitness Memory. In: CUTLER, Brian L. *Encyclopedia of Psychology and Law* Cutler. Newbury Park, CA: SAGE Publications, 2008. p. 01-02.
- ALBRIGHT, Thomas D. Why eyewitnesses fail. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, v. 114, n. 30, p. 7758-7764, 2017.
- ALBUQUERQUE, Pedro; BULL, Ray; PAULO, Rui. A entrevista cognitiva melhorada: pressupostos teóricos, investigação e aplicação. *Revista Psicologia*, v. 28, n. 02, p. 21-30, 2014.
- ALCALÁ-ZAMORA y CASTILLO, Niceto; LEVENE, Ricardo. *Derecho Procesal Penal*. Buenos Aires: Editorial Guillermo Kraft, 1945. Tomo II.
- ALTOÉ, Rafael; ÁVILA, Gustavo Noronha de. Aspectos Cognitivos da Memória e a Antecipação da prova testemunhal no Processo Penal. *Revista Opinião Jurídica*, Ano 15, n. 20, p. 255-270, jan./jul. 2017.
- ALTAVILLA, Enrico. *Psicologia Judiciária*. São Paulo: Saraiva, 1946. v. 01.
- ANDRADE, Manuel da Costa. *Sobre as proibições de prova em processo penal*. Coimbra Editora: Coimbra, 2006.
- AQUINO, José Carlos G. Xavier de. *A prova testemunhal no processo penal*. 6. ed. São Paulo: Letras Jurídicas, 2015.
- ARANHA, Adalberto José Q. T. de Camargo. *Da prova no processo penal*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1994.
- ÁVILA, Gustavo Noronha de. *Falsas memórias e sistema penal: a prova testemunhal em xeque*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.
- ÁVILA, Gustavo Noronha de; CECCONELLO, William Weber; STEIN, Lilian Milnitsky. A (ir)repetibilidade da prova penal dependente da memória: uma discussão com base na psicologia do testemunho. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 8, n. 2, p. 1058-1073, 2018.
- ÁVILA, Gustavo Noronha de; SIQUEIRA, Dirceu Pereira. Acesso à justiça e os direitos da personalidade: elementos para a formação da prova testemunhal no novo código de processo penal, levando a psicologia do testemunho a sério! *Revista Eletrônica de Direito e Sociedade*, v. 6, n. 1, p. 59-77, 2018.
- BACCEGA, Maria Aparecida. O estereótipo e as diversidades. *Comunicação & Educação*. São Paulo, n. 13, p. 07-14, dez. 1998.

BADARÓ, Gustavo Henrique. *Processo penal*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

BADARÓ, Gustavo Henrique. Direito à prova e os limites lógicos de sua admissão: os conceitos de pertinência e relevância. In: BEDAQUE, José Roberto dos Santos; CINTRA, Lia Carolina Batista; EID, Elei Pierre (Coords.). *Garantismo Processual*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2016.

BADARÓ, Gustavo Henrique. A utilização da hearsay witness na Corte Penal Internacional. Estudo sobre sua admissibilidade e valoração. *Zeitschrift für Internationale Strafrechtsdogmatik*, v. 04, p. 177-188, 2014a.

BADARÓ, Gustavo Henrique. Prova emprestada no processo penal e a utilização de elementos colhidos em Comissões Parlamentares de Inquérito. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 22, n. 106, p. 157-169, jan./fev. 2014b.

BADDELEY, Alan; ANDERSON, Michael C.; EYSENCK, Michael W. *Memória*. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BANAJI, M.R.; LOFTUS, E. Memory Modification and the Role of the Media. In: GHEORGHIU, V.A.; NETTER, P.; EYSENCK, H. J. *Suggestion and Suggestibility*. Berlim: Springer, 1989, p. 279-303.

BARROS, Romeu Pires de Campos. *Direito processual penal brasileiro*. São Paulo: Sugestões Literárias, 197. v. II.

BEAR, Mark F. *Neurociências: desvendando o sistema nervoso*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

BELTRÁN, Jordi Ferrer. *La valoración racional de la prueba*. Madrid: Marcial Pons, 2007.

BENN, Piers. Medicine, lies and deceptions. *Journal of Medical Ethics*, v. 27, n. 2, p. 130-134, abr. 2001.

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de Direito Penal*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v. 5.

BLADES, Mark; SPENCER, Christopher; WATERMAN, Amanda H. Interviewing Children and Adults: The Effect of Question Format on the Tendency to Speculate. *Applied Cognitive Psychology*, v. 15, n. 5, p. 521-531, 2001.

BLEFARI, Carlos et al. Investigação de Suspeita de Abuso Sexual Infantojuvenil: O protocolo NICHD. *Temas em Psicologia*, v. 22, n. 02, p. 415-432, 2014.

BOGAARD, Glynis et al. Strong, but Wrong: Lay People's and Police Officers' Beliefs about Verbal and Nonverbal Cues to Deception. *Plos One*, v. 11, n. 06, p. 01-19, jun. 2016.

BOND JR, Charles; DEPAULO, Bella. Accuracy of Deception Judgments. *Personality and Social Psychology Review*, v. 10, n. 03, p. 214-234, 2006.

BRAINERD, C. J.; REYNA, V. F. Fuzzy-Trace Theory. *Current Directions in Psychological Science*, v. 11, n. 5, p. 164-169, out. 2002.

BRASIL, Ministério da Justiça. *Avanços científicos em psicologia do testemunho aplicados ao reconhecimento pessoal e aos depoimentos forenses*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos, IPEA, 2015. (Série Pensando o Direito, v. 59).

BREMNER, J. Douglas et al. Functional neuroanatomical: Correlates of Effects of Stress on Memory. *Journal of Traumatic Stress*, v. 08, n. 4, 1995.

BREWER, Neil et al. How variations in Distance Affect Eyewitness Reports and Identification Accuracy. *Law and Human Behavior*, v. 32, n. 562, p. 526-535, 2008.

BRIGHAM, John C.; RUBY, C.L. *The Criterea-Based Content Analysis and its Utility in Distinguishing Between Truthful and Fabricated Criminal Allegations: a Critical Review*. Flórida: Flórida State University, 1997. Disponível em: <<https://apps.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a283221.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2019.

BRUCK, Maggie; CECI, Stephan J. The Suggestibility of Children's Memory. *Annual Review of Psychology*, v. 50, p. 419-439, 1999.

BRUCK, Maggie; CECI, Stephan J. Suggestibility of the Child Witness: A Historical Review and Synthesis. *Psychological Bulletin*, v. 113, n. 3, 1993.

BRUST, Priscila Goergen. *Memória para eventos emocionais: estudos acerca da acurácia da memória e de informações centrais e periféricas do evento*. 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

BULL, Ray et al. Increasing cognitive load to facilitate lie detection: the benefit of recalling an event in reverse order. *Law and Human Behavior*, v. 32, p. 253-265, 2008.

BULL, Ray et al. Detecting Deceit via Analysis of Verbal and Nonverbal Behavior. *Journal of Nonverbal Behavior*, v. 24, n. 4, p. 239-261, 2000.

BULL, Ray et al. The Cognitive Interview: A Meta-Analysis. *Psychology Crime and Law*, v. 5, p. 03-27, jan. 1999.

BULL, Ray et al. Towards understanding the effects of interviewer training in evaluating the cognitive interview. *Applied Cognitive Psychology*, v. 8, p. 641-659, 1991.

BULL, Ray; FISHER, Ronald; MILNE, Rebecca. Interviewing Cooperative Witnesses. *Current Directions in Psychological Science*, v. 20, n. 1, p. 16-19, 2011.

BULL, Ray; MANN, Samantha; VRIJ, Aldert. Detecting True Lies: Police Officers' Ability to Detect Suspects' Lies. *Journal of Applied Psychology*, v. 89, n. 01, p. 137-149, 2004.

BULL, Ray; MEMON, Amina; VRIJ, Aldert. *Psychology and Law: Truthfulness, Accuracy and Credibility*. 2. ed. West Sussex: Wiley, 2003.

BULLER, David; BURGOON, Judee K. Interpersonal Deception Theory. *Communication Theory*, v. 06, n. 3, p. 203-24, ago.1996.

BULLER, David et al. *Interpersonal Deception Theory: Examining Deception From a Communication Perspective*. U.S. Army Research Institute for the Behavioral and Social Sciences, 1998.

BURNS, Helen J.; LOFTUS, Elizabeth F.; MILLER, David G. Semantic Integration of Verbal Information into a Visual Memory. *Journal of Experimental Psychology: Human Learning and Memory*, v. 04, n. 1, p. 19-31, 1978.

CARNELUTTI, Francesco. *As misérias do processo penal*. Trad.: Ricardo Rodrigues Gama. Campinas: Russell Editores, 2013. (e-book).

CARNELUTTI, Francesco. *Lecciones sobre el proceso penal*. Trad.: Santiago Sentís Melendo. Buenos Aires: E.J.E.A., 1950. v.1.

CECI, Stephen J.; ROSS, David F.; TOGLIA, Michael P. Suggestibility of Children's Memory: Psycholegal Implications. *Journal of Experimental Psychology: General*, v. 116, n. 1, p. 38-49, 1987.

CHRISTIANSON, Sven-Ake. LOFTUS, Elizabeth F. Memory for Traumatic Events. *Applied cognitive psychology*, v. 1, p. 225-239, 1987.

CLARK, Noel; GUDJONSSON, Gisli. Suggestibility in Police Interrogation: A Social Psychological Model. *Social Behaviour*, v. 01, p. 73-95, 1986.

CORDERO, Franco. *Procedura Penale*. 2. ed. Varese: Giuffrè, 1971.

COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. Sistema acusatório: cada parte no lugar constitucionalmente demarcado. *Revista de Informação Legislativa*, v. 46, n. 183, p. 103-105, jul./set. 2009.

CRAIK, Fergus; LOCKHART, Robert. Levels of Processing: A framework for Memory Research. *Journal of Verbal Learning and Verbal-Behavior*, n. 11, p. 671-684, 1972.

CUNHA, Alexandra Isabel da Quintã. *A sugestibilidade interrogativa em crianças: O papel da idade e das competências cognitivas*. Tese (Doutorado em Psicologia) – Escola de Psicologia da Universidade do Minho, Minho, 2010.

CUNHA FILHO, Alexandre J. Carneiro da et. al. (Coord.). *48 visões sobre a Corrupção*. São Paulo: Quartier Latin, 2016.

CURCI, Antonietta; LANCIANO, Tiziana. Memory for emotional events: the accuracy of central and peripheral details. *Europe's Journal of Psychology*, v. 07, maio 2011.

DALMAZ, Carla; NETTO, Carlos Alexandre. A memória. *Ciência e Cultura*, v. 56, n. 1, jan. 2004.

DAMASIO, Antonio. *O erro de Descartes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 (e-book).

DANDO, Coral; WILCOCK, Rachel; MILNE, Rebecca. The Cognitive Interview: The Efficacy of a Modified Mental Reinstatement of Context Procedure for Frontline Police Investigators. *Applied Cognitive Psychology*, v. 23, p. 138-147, 2008.

DAVIS, Deborah; LOFTUS, Elizabeth. Internal and External Sources of Misinformation in Adult Witness Memory. In: LINDSAY, R. C. L et al. *The Handbook of Eyewitness Psychology*. Londres: Erbaun Associates Publishers, 2007. v. 1. p. 195-237.

DEZEM, Gustavo Madeira. *Curso de Direito Penal*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016 (e-book).

DEZEM, Guilherme Madeira. *Da prova penal: tipo processual, provas típicas e atípicas*. Campinas: Millennium, 2008.

DEPAULO, Bella M. et al. Cues to Deception. *Psychological Bulletin*, v. 129, n. 1, p. 74-118, 2003.

DEPAULO, Bella et al. Lying in Everyday Life. In: *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 70, n. 5, p. 979-995, 1996.

DEPAULO, Bella M. et al. The Motivational Impairment Effect in the Communication of Deception: Replications and Extensions. *Journal of Nonverbal Behavior*, v. 12, n. 3, p. 177-202, 1988.

DEPAULO, Bella M.; KIRKENDOL, Susan E. The Motivational Impairment Effect in the Communication of Deception. In: YUILLE, J.C. (Ed.) *Credibility Assessment*. Nato Science. Dordrecht: Springer, 1988. (Series D: Behavioural and Social Sciences, v. 47).

DEPAULO, Bella M.; MORRIS, Wendy L. Discerning lies from truths: behavioural cues to deception and the indirect pathway of intuition. In: GRANHAG, Pär-Anders; STROMWALL, Leif (Orgs.). *The Detection of Deception in Forensic Contexts*. Reino Unido: Cambridge University Press, 2004, posição 193-543.

DIAS, Jorge de Figueiredo. *Direito Processual Penal*. Coimbra: Coimbra Editora, 2004.

DIGIÁCOMO, Murillo José; DIGIÁCOMO, Eduardo. *Comentários à Lei n. 13.431/2017*. Curitiba: Ministério Público do Paraná, 2018 (e-book). (e-book). Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/caopca/lei_13431_comentada_jun2018.pdf>. Acesso em: 22.11.19.

DIKE, Charles; BARANOSKI, Madelon; GRIFFITH, Ezra. Pathological lying revisited. *The Journal of the American Academy of Psychiatry and the Law*, v. 33, n. 03, fev. 2005.

DOHERTY-SNEDDON, G.; PHELPS, F. G. Gaze aversion: A response to cognitive or social difficulty. *Memory & Cognition*, v. 33, n. 4, p. 727-733, jun. 2005.

EKMAN, Paul. Lying and nonverbal behavior: theoretical issues and new findings. *Journal of Nonverbal Behavior*, v. 12, issue 3, p. 163-175, set. 1998.

EKMAN, Paul. *Telling lies: Clues to deceit in the marketplace, politics and marriage*. New York: W. W. Norton, 1992.

EKMAN, Paul; FRANK, Mark G. Nonverbal detection of deception in forensic contexts. In: O'DONOHUE, William; LEVENSKY, Eric (Ed.). *Handbook of Forensic Psychology: Resource for Mental Health and Legal Professionals*. San Diego: Elviesier Academic Press, 2.004, p. 635-653.

ESPÍNOLA FILHO, Eduardo. *Código de Processo Penal Brasileiro Anotado*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editor Borsoi, 1.965. v. III.

FEINN, Richard; SULLIVAN, Gail. Using Effect Size – or why the *P* Value is not enough. *Journal of Graduate Medical Education*. 2012, v. 4, n. 3, set. 2012. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3444174/>>. Acesso em: 17 ago. 2019.

FEIX, Leandro da Fonte. *Efeito da emoção na memória de criança*. 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

FELDMAN, Robert; REICHERT, Andreas; TYLER, James M. The price of deceptive behaviour: Disliking and lying to people who lie to us. *Journal of Experimental Social Psychology*, v. 42, n. 01, p. 69-77, 2006.

FERRAJOLI, Luigi. *Direito e razão: teoria do garantismo penal*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

FERRER BELTRÁN, Jordi. *Prova e verità nel diritto*. Trad.: Valentina Caraveli. Bologna: Il Mulino, 2004.

FERRO, Ana Luiza et al. *Criminalidade organizada – comentários à lei 12.850 de 02 de agosto de 2013*. Curitiba: Juruá, 2.014.

FISHER, Ronald et al. Protecting Against Misleading Post-event Information with a Self-Administered Interview. *Applied Cognitive Psychology*, v. 26, p. 568-575, 2012.

FISHER, Ronald et al. Look into my eyes: Can an instruction to maintain eye contact facilitate lie detection? *Psychology Crime and Law*, v. 16, n. 4, p. 327-348, 2010. FISHER, Ronald et al. Outsmarting the Liars: The Benefit of Asking Unanticipated Questions. *Law Aand Human Behavior*, v. 33, p. 159-166, 2009.

FISHER, Ronald et al. Enhancement of eyewitness memory with the cognitive interview. *The American Journal of Psychology*, v. 99, n. 03, p. 385-401, 1986.

FISHER, Ronald et al. Eyewitness Memory Enhancement in Police Interview. Cognitive Retrievel Mnemonics Versus Hypnosis. *Journal of Applied Psychology*, v. 70, n. 02, p. 401-412, 1985.

FISHER, Ronald; GABBERT, Fiona; HOPE, Lorraine. From laboratory to the street: Capturing witness memory using the Self-Administered Interview. *Legal and Criminological Psychology*, p. 211-216, 2011.

FISHER, Ronald; GABBERT, Fiona; HOPE, Lorraine. Protecting Eyewitness Evidence: Examining the Efficacy of a Self-Administered Interview Tool. *Law & Human Behavior*, v. 33, n. 04, p. 298-307, 2009.

FISHER, Ronald; GEISELMAN, Edward. Interviewing Witnesses and Victims. To appear. In: YVES, Michel St. (Ed.). *Investigative Interviewing: Handbook of Best Practices* (In press), 2014. Disponível em: https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:rWqHCV71C6kJ:https://www.psych.ucla.edu/sites/default/files/documents/other/Current_CI_Research.docx+&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=safari>. Acesso em: 29 set. 2019.

FISHER, Ronald; GEISELMAN, Edward. The Cognitive Interview method of conducting police interviews: Eliciting extensive information and promoting Therapeutic Jurisprudence. *International Law and Psychiatric*, v. 33, p. 321-328, 2010.

FITZGERALD, Ryan; PRICE, Heather. Eyewitness identification across the life span: a meta-analysis of age differences. *Psychological Bulletin*, v. 141, n. 6, p. 1228-1265, 2015.

FLORES, Marcelo Marcante. Prova testemunhal e falsas memórias: entrevista cognitiva como meio (eficaz) para redução de danos (?). *Revista IOB de Direito Penal e Processual Penal*, Porto Alegre, v. 11, n. 61, p. 65-76, abr./maio 2010.

FLORIAN, Eugenio. *Delle prove penali*. Milano: F. Vallardi, 1924.

FRANK, Jean; LANDEIRA-FERNANDEZ, J. Rememoração, subjetividade e as bases neurais da memória autobiográfica. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 18, p. 35-47, 2006.

GABBERT, Fiona et al. Memory Conformity Between Eyewitnesses. *Court Review: The Journal of the American Judges Association*, v. 48, p. 36-43, 2012.

GABBERT, Fiona et al. "With a little help from my friends...": The role of co-witness relationship in susceptibility to misinformation. *Acta Psychologica*, v. 127, n. 2, p. 476-484, fev. 2008.

GABBERT, Fiona; HOPE, Lorraine; FISHER, Ronald P. Protecting Eyewitness Evidence: Examining the Efficacy of a Self-Administered Interview Tool. *Law Human Behaviour*, v. 33, n. 4, 2009.

GALASINSKI, Dariusz. *The Language of Deception: A Discourse Analytical Study*. Thousand Oaks: SAGE, 2000.

GARRIDO, Eugenio et al. Reality Monitoring Approach: a Review of the Empirical Evidence. *Psychology, Crime & Law*, v. 11, n. 1, p. 99-122, 2005.

GERSHMAN, Bennett L. Child witnesses and procedural fairness. *American Journal of Trial Advocacy: dedicated to the advancement of trial advocacy as a specialty within the law*, Birmingham, v. 24, n. 3, p. 585-608, 2001.

GESU, Cristina Di. *Prova Penal e Falsas Memórias*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

GESU, Cristina Di; GIACOMOLLI, Nereu José. *As falsas memórias na reconstrução dos fatos pelas testemunhas no processo penal*. Trabalho publicado nos Anais do XVII Congresso Nacional do CONPEDI, realizado em Brasília, em novembro de 2008.

GILOVICH, Thomas; MEDVEC, Victoria Husted; SAVITSKY, Kenneth. The Illusion of Transparency: Biased Assessments of Other's Ability to Read One's Emotional States. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 75, n. 02, p. 332-346, 1998.

GOLDSMITH, Morris; KORAT, Asher; PANSKY, Ainat. Strategic regulation of grain size in memory reporting over time. *Journal of Memory and Language*, v. 52, p. 505-525, 2005.

GOMES, Décio Luiz Alonso. *Imediação processual penal: definição do conceito, incidência e reflexos no direito brasileiro*. Tese (Doutorado em Direito Processual Penal) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2013.

GOMES FILHO, Antonio Magalhães. Provas – Lei 11.690, de 09.06.2008. In: MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis (Coord.). *As reformas no processo penal: as novas Leis de 2008 e os projetos de reforma*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009, p. 246-294.

GOMES FILHO, Antonio Magalhães. Notas sobre a terminologia da prova (reflexos no processo penal brasileiro). In: YARSHELL, Flávio Luiz et al. (Coord.). *Estudos em homenagem à Professora Ada Pellegrini Grinover*. São Paulo: DPJ Editora, 2005, p. 303-318.

GOMES FILHO, Antonio Magalhães. *Direito à prova no processo penal*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997.

GORPHE, François. *La critica del testimonio*. 5. ed. Trad.: Mariano Ruiz-Funes. Reus: Madrid, 1971.

GRANDE Enciclopedia Larousse Cultural. São Paulo: Nova Cultura, 1998, v. 07 e 13.

GRANHAG, Pär-Anders; HARTWIG, Maria; STROMWALL, Leif. Practitioners' beliefs about deception. In: GRANHAG, Pär-Anders; STROMWALL, Leif (Orgs.). *The Detection of Deception in Forensic Contexts*. Reino Unido: Cambridge University Press, 2004, posição 3012-3316.

GRANHAG, Pär-Anders; STROMWALL, Leif. Research on deception detection: past and present. In: GRANHAG, Pär-Anders; STROMWALL, Leif (Orgs.). *The Detection of Deception in Forensic Contexts*. Reino Unido: Cambridge University Press, 2004, posição 66-192.

GRANHAG, Pär Anders; VERSCHUERE, Bruno; VRIJ, Aldert. *Detecting Deception: Current Challenges and Cognitive Approaches*. Nova Jersey: Wiley-Blackwell, 2015.

GRANHAG, Pär Anders; VRIJ, Aldert. Eliciting cues to deception and truth: What matters are the questions asked. *Journal of Applied Research in Memory and Cognition*, v. 01, p. 110-117, mar. 2012.

GRANHAG, Pär-Anders; STROMWALL, Leif (Orgs.). *The Detection of Deception in Forensic Contexts*. Reino Unido: Cambridge University Press, 2004.

GRIFFITHS, Andy; MILNE, Rebecca. The Application of Cognitive Interview Techniques as Part of an Investigation. *Consultancy and Advising in Forensic Practice: Empirical and Practical Guidelines*, p. 69-90, mar. 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/229951700_The_Application_of_Cognitive_Interview_Techniques_as_Part_of_an_Investigation>. Acesso em: 03 out. 2019.

GUDJONSSON, Gisli H. *The psychology of interrogations, confessions and testimony*. Chichester: John Wiley & Sons, 1992.

HARTWIG, Maria; GRANHAG, Pär Anders; LUKE, Timothy. Strategic Use of Evidence During Investigative Interviews: The State of the Science. In: RASKIN, David (Ed.). *Credibility Assessment: Scientific Research and Applications*. Oxford: Elsevier, 2014.

HARTWIG, Maria et al. Detecting deception in suspects: Verbal cues as a function of interview strategy. *Psychology, Crime & Law*, p. 01-14, jan. 2011.

HEALY, William; HEALY, Mary Tenny. *Pathological Lying, accusation, and swindling: a study in forensic psychology*. Boston: Little, Brown, and Company, 1915.

HUANG, Tin Po. *A produção de falsas memórias e sua relação com fatores emocionais e processamentos consciente e automático*. Tese (Doutorado em Psicologia) –Faculdade de Brasília. Brasília, 2009.

IZQUIERDO, Iván. *Memória*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

IZQUIERDO, Iván. Memórias. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 89-112, 1989.

IZQUIERDO, Iván et al. Memória: tipos e mecanismos – achados recentes. *Revista USP*. São Paulo, n. 98, p. 9-16, jun./jul./ago. 2013.

JOHNSON, Marcia K. Memory and Reality. *American Psychologist*, v. 61, p. 760-771, nov. 2006.

JOHNSON, Marcia K. Discriminating the Origin of Information. In: OLTMANN, T. F.; MAHER, B.A. (Ed.). *Delusional Beliefs*. Nova York: Wiley, 1988, p. 41.

JOHNSON, Marcia K.; BUSH, Julie G.; MITCHELL, Karen. Interpersonal reality monitoring: Judging the sources of other people's memories. *Social Cognition*, v. 16, n. 2, p. 199-224, 1998.

JOHNSON, Marcia K. al. Phenomenal Characteristics of Memories for Perceived and Imagined Autobiographical Events. *Journal of Experimental Psychology: General*, v. 117, n. 4, p. 371-376, 1988.

JOHNSON, Marcia K.; RAYE, Carol L. Reality Monitoring. *Psychological Review*, v. 88, n. 01, p. 67-85, 1981.

KAHNEMAN, Daniel. *Thinking, Fast and Slow*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2011. (e-book).

KANDEL, Eric R. et al. *Princípios de Neurociências*. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014. (e-book).

KANDEL, Eric R.; SQUIRE, Larry R. *Memória: da mente às moléculas*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

KÖHNKEN, Günter. Statement Validity Analysis and the ‘detection of the truth’. In: GRANHAG, Pär-Anders; STROMWALL, Leif (Orgs.). *The Detection of Deception in Forensic Contexts*. Reino Unido: Cambridge University Press, 2004, posição 545-827.

KUHBANDNER, Christof et al. Differential binding of colors to objects in memory: red and yellow stick better than blue and green. *Frontiers in psychology*, v. 06, p. 01-11, mar. 2015.

LANGELUDDEKE, Albrecht. *Psiquiatria Forense*. Madrid: Espasa-Calpe, 1972.

LEAL, Antônio Luiz da Câmara. *Código de Processo Penal Brasileiro*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Freitas Bastos, 1942. v. II.

LEONE, Giovanni. *Tratado de Derecho Procesal Penal*. Trad.: Santiago Sentís Melendo. Buenos Aires: Ediciones Juridicas Europa-America, 1963.

LEVINE, Timothy; SHAW, Allison; SHULMAN, Hillary. Increasing Deception Detection Accuracy with Strategic Question. *Human Communication Research*, v. 36, p. 216-231, 2010.

LINDHOLM, Torun; CHRISTIANSON, Sven-Åke. Intergroup Biases and Eyewitness Testimony. *The Journal of Social Psychology*, v. 138, n. 6, p. 710-723, 1998.

LINDSAY, D.S.; JOHNSON, Marcia K. Reality monitoring and suggestibility: Children’s ability to discriminate among memories from different sources. In: CECI, S. J.; TOGLIA, M. P.; ROSS, D. F. (Eds.). *Children’s eyewitness memory*. New York: Springer-Verlag, 1987, p. 92-121.

LOFTUS, Elizabeth. Make-Believe Memories. *American Psychologist*, v. 58, n. 11, p. 864-873, 2003.

LOFTUS, Elizabeth. Creating False Memories. *Scientific American*, v. 277, p. 71-75, set. 1997.

LOFTUS, Elizabeth; PALMER, John C. Reconstruction of Automobile Destruction: An Example of the Interaction Between Language and Memory. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behaviour*, v. 13, p. 585-589, 1974.

LOFTUS, Elizabeth; ZANNI, Guido. Eyewitness testimony: the influence of the wording of a question. *Bulletin of the Psychonomic Society*, v. 5, n. 1, p. 86-88, 1975.

LOMBROSO, Paul. Aprendizado e memória. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 2004.

LOPES JR, Aury. *Direito Processual Penal*. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

LOPES JR, Aury; GESU, Cristina di. “Falsas memórias e prova testemunhal no processo penal: em busca da redução de danos”. *Revista de estudos de ciências criminais*, n. 25, p. 99-132, 2007.

LOPES JR, Aury; SEGER, Mariana da Fonseca. Prova testemunhal e processo penal: a fragilidade do relato a partir da análise da fragilidade perceptiva e do fenômeno das falsas memórias. In: ZALUAR, Alba et. al. *Tensões contemporâneas da repressão criminal*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

MALAN, Diogo Rudge. *Direito ao confronto no processo penal*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

MALATESTA, Nicola Framarino dei. *A lógica das Provas em Matéria Criminal*. 2. ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1.927.

MARQUES, José Frederico. *Elementos de direito processual penal*. Campinas: Millenium Editora, 2009. v. 2.

MEMON, Amina; HIGHAM, Philip A. A review of the cognitive interview. *Psychology, Crime and Law*, v. 5, p. 177-196, 2009.

MEMON, Amina; MEISSNER, Christian; FRASER, Joanne. The Cognitive Interview: A meta-analytic review and study space analysis of the past 25 years. *Psychology Public Policy and Law*, v. 16, n. 4, p. 01-62, nov. 2010.

MEMON, Amina; STEIN, Lilian. Testing the Efficacy of the Cognitive Interview in a Developing Country. *Applied Cognitive Psychology*, v. 20, p. 597-605, 2006.

MEMON, Amina; WRIGHT, Daniel. Eyewitness testimony and the Oklahoma bombing. *The Psychologist*, v. 12, n. 6, p. 292-295, 1999.

MITTERMAIER, C. J. A. *Tratado de la prueba en materia criminal*. 3. ed. Madrid: Imprenta de La Revista de Legislación, 1877.

MOURAO JUNIOR, Carlos Alberto; FARIA, Nicole Costa. Memória. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. Porto Alegre, v. 28, n. 4, p. 780-788, dez. 2015.

NICKERSON, Raymond S. Confirmation Bias: A Ubiquitous Phenomenon in Many Guises. *Review of General Psychology*, v. 02, n. 2, p. 175-220, 1988.

NYGAARD, Maria Lúcia Campani; FEIX, Leandro da Fonte; STEIN, Lilian Milnitsky. Contribuições da psicologia cognitiva para a oitiva da testemunha: avaliando a eficácia da entrevista cognitiva. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 14, n. 61, p. 151-164, jul./ago. 2006.

NORONHA, Edgard Magalhães. *Curso de direito processual penal*. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 1978.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Código Penal Comentado*. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014 (e-book).

ODINOT, Geralda. *Eyewitness confidence: the relation between accuracy and confidence in episodic memory*. 2008. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculty of Social and Behavioural Sciences, Leiden University, The Netherlands, 2008.

ODINOT, Geralda et al. Are Two Interviews Better Than One? Eyewitness Memory across Repeated Cognitive Interviews. *Plos One*. 2013.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. *Curso de processo penal*. 16. ed. São Paulo: Atlas: 2012.

PARKHOUSE, Tom; ORMEROD, Thomas. Unanticipated questions can yield unanticipated outcomes in investigative interviews. *Plos one*, p. 01-22, dez. 2018.

PEIXOTO, Carlos Eduardo; RIBEIRO, Catarina; ALBERTO, Isabel. O protocolo de entrevista forense do NICHED: contributo na obtenção do testemunho da criança no contexto português. *Revista do Ministério Público de Lisboa*, Lisboa, v. 34, n. 134, p. 149-187, abr./jun. 2013.

PERGHER, Giovanni et al. Memória, humor e emoção. *Revista Psiquiátrica do Rio Grande do Sul*, v. 28, n. 01, p. 61-68, jan./abr. 2006.

PERGHER, Giovanni; STEIN, Lilian. Compreendendo o esquecimento: teorias clássicas e seus fundamentos experimentais. *Psicologia USP*, v. 14, n. 01, p. 129-155, 2003.

PERGHER, Giovanni Kuckartz; STEIN, Lilian Milnitsky. Entrevista cognitiva e terapia cognitivo-comportamental: do âmbito forense à clínica. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 11-20, dez. 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872005000200002&lng=pt&nrm=iso>; Acesso em: 27 set. 2019.

PICKEL, Kerri. When a lie becomes the truth: The effects of self-generated misinformation on eyewitness memory. *Memory*, v. 12, n. 01, p. 14-26, 2010.

PICKEL, Kerri. The weapon focus effect on memory for female versus male perpetrators. *Memory*, v. 17, n. 6, p. 664-678, 2009.

PINTO, Luciano Haussen. *Psicologia do testemunho e uma nova técnica de entrevista investigativa: a versão brasileira da Self-Administered Interview*. 2015. Dissertação (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

PISANI, Mario. *Manuale di Procedura Penale*. Bologna: Monduzzi Editore, 1994.

POOLE, Debra A.; WHITE, Lawrence T. Effects of Question Repetition on the Eyewitness Testimony of Children and Adults. *Developmental Psychology*, v. 27, n. 6, p. 975-986, 1991.

PRADO, Luiz Regis. *Curso de direito penal brasileiro*. 14. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

PURVES, Dale et. al. *Neuroscience*. 5. ed. Sunderland, Mass.: Sinauer Associates, 2012.

RAMOS, Vitor de Paula. *Prova testemunhal: Do Subjetivismo ao Objetivismo. Do isolamento Científico ao Diálogo com a Psicologia e a Epistemologia*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018.

REALE JÚNIOR, Miguel. *Código penal comentado*. São Paulo: Saraiva, 2017.

REYNA, Valerie; LLOYD, Farrell. Theories of false memory in children and adults. *Learning and Individual Differences*, v. 09, n. 02, p. 95-123, 1997.

ROEDIGER, Henry; BUTLER, Andrew. The critical role of retrieval practice in long-term retention. *Trends in Cognitive Sciences*, v. 15, n. 1, p. 20-27, jan. 2011.

ROHENKOHL, Gustavo et al. Emoção e falsas memórias. In: STEIN, Lilian Milnitsky et al. *Falsas memórias: fundamentos científicos e suas aplicações clínicas e jurídicas*. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 87-100 (e-book).

ROGERS, Kara. *The eye: The physiology of human perception*. Nova York: Britannica Educational Publishing, 2011.

SADOCK, Benjamin J. et al. *Compêndio de psiquiatria clínica*. Trad.: Marcelo de Abreu Almeida et al. 11. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017 (e-book).

SANTOS, Adriana Ribeiro dos; COIMBRA, José César. O Depoimento Judicial de Crianças e Adolescentes entre Apoio e Inquirição. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 37, n.3, p. 595-60, jul./set. 2017.

SOKOL, Daniel K. Dissecting Deception. *Cambridge Q. Healthcare Ethics*, v. 15, p. 457-464, 2006.

SOUSA, Luís Filipe Pires de. *Prova testemunhal*. Coimbra, Almedina: 2016.

SPORER, Siegfried L. Reality monitoring and detection of deception. In: GRANHAG, Pär-Anders; STROMWALL, Leif (Orgs.). *The Detection of Deception in Forensic Contexts*. Reino Unido: Cambridge University Press, 2004, posição 829-1307.

SPORER, Siegfried L. The Less Travelled Road to Truth: Verbal Cues in Deception Detection in Accounts of Fabricated and Self-Experienced Events. *Applied Cognitive Psychology*, v. 11, n. 5, p. 373-397, 1997.

STEIN, Lilian. As bases teóricas da técnica da recriação do contexto na entrevista cognitiva. *Avances en Psicología Latinoamericana*, v. 33, n. 2, 285-301, 2015.

STEIN, Lilian (Org.). *Falsas Memórias – Fundamentos científicos e suas aplicações clínicas e jurídicas*. Porto Alegre: ARTMED, 2010.

STEIN, Lilian; ÁVILA, Gustavo; BENIA, Luis. Witness interviewing in Brazil. In: WALSH, David; OXBURGH, G. E.; REDLICH, A. D. (Orgs.). *International developments and practices in investigative interviewing and interrogation*. London: Routledge, 2015.

STEIN, Lilian M.; NYGAARD, Maria Lúcia C. A memória em julgamento: uma análise cognitiva dos depoimentos testemunhais. *Revista Brasileira de Ciências Criminais – IBCCRIM*, São Paulo, Ano 11, n. 43, 2003.

STEIN, Lilian M.; PINTO, Luciano Haussen. Nova ferramenta de entrevista investigativa na coleta de testemunhos: a versão brasileira da *Self-Administered Interview*®. In: *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 11, n. 1, p. 110-128, fev./mar. 2017.

STONE, Kevin; WEST, Robin. Age Differences in Eyewitness Memory for a Realistic Event. *Journals of Gerontology, Series B: Psychological Sciences and Social Sciences*, v. 69, n. 3, p. 338-347, mar. 2013, p. 344-345.

TARUFFO, Michele. *La prova dei fatti giuridici*. Milano: Giuffrè, 1992.

THE GLOBAL Deception Research Team. A World of Lies. *J Cross Cult Psychol*, v. 37, n. 01, p. 60-74, 2006.

THOMPSON, William C.; CLARKE-STEWART, K. Alison; LEPORE, Stephan. J. What did the janitor do? Suggestive Interviewing and the Accuracy of Children's Accounts. *Law and Human Behavior*, v. 21, n. 4, p. 405-426, 1997.

TORNAGHI, Hélio. *Curso de processo penal*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

TORNAGHI, Hélio. *Instituições de processo penal*. São Paulo: Saraiva, 1978, v. 04.

TULVING, Endel. What is Episodic Memory? *Current Directions in Psychological Science*, v. 2, n. 3, p. 67-70, 1993.

VALLE FILHO, Oswaldo Trigueiro do. *A ilicitude da prova: teoria do testemunho de ouvir dizer*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

VASCONCELLOS, Vinicius Gomes. *Colaboração premiada no processo penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

VENTER, A.; LOUW, D. A.; VERSCHOOR, T. Perception and Memory: Implications for Eyewitness Testimony. *South African Journal of Criminal Justice*. n. 16, p. 137-162, 2003.

VRIJ, Aldert. Verbal Lie Detection Tools: Statement Validity Analysis, Reality Monitoring and Scientific Content Analysis. In: GRANHAG, Pär Anders; VERSCHUERE, Bruno; VRIJ, Aldert (Eds.). *Detecting Deception: Current Challenges and Cognitive Approaches*. Nova Jersey: Wiley-Blackwell, 2015.

VRIJ, Aldert. *Detecting Lies and Deceit: Pitfalls and Opportunities*. 2. ed. West Sussex: John Wiley & Sons, 2008a.

VRIJ, Aldert. Nonverbal Dominance Versus Verbal Accuracy in Lie Detection. *Criminal Justice and Behavior*, v. 35, n. 10, p. 1323-1336, 2008b.

VRIJ, Aldert; GRANHAG, Pär Anders; PORTER, Stephan. Pitfalls and Opportunities in Nonverbal and Verbal Lie Detection. *Psychological Science in the Public Interest*, v. 11, n. 03, p. 89-121, fev. 2011.

WARREN, Amye; HULSE-TROTTER, Katherine; TUBBS, Ernest C. Inducing Resistance to Suggestibility in Children. *Law and Human Behavior*, v. 15, n. 3, p. 273-285, 1991.

WISE, Richard A.; SAFER, Martin A. A Method for Analyzing the Accuracy of Eyewitness Testimony in Criminal Cases. *Court Review: The Journal of the American Judges Association*, v. 48, n. 387, p. 22-34, 2012.

YUKSEL, Yusuf. *Understanding Interpersonal Deception Theory*. Disponível em: <https://www.academia.edu/24202169/Understanding_Interpersonal_Deception_Theory>. Acesso em: 08.08.19.